

## DOPS/SP: A estranha vigilância aos que exerceram poderes públicos

Luciana da Conceição Feltrim<sup>1</sup>  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
E-mail: [lucianafeltrim@yahoo.com.br](mailto:lucianafeltrim@yahoo.com.br)

A análise da atuação da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DOPS/SP) órgão de coerção social, política e cultural que vigorou na segunda metade da década de 1950, a partir da imensa documentação constante no Arquivo do Estado de São Paulo, demonstram não apenas a ação dos órgãos de repressão neste Estado em períodos não ditatoriais, como também evidencia a articulação deste sistema em nível nacional durante o governo de Juscelino Kubistchek.

Selecionamos da pesquisa encetada, para a configuração deste artigo, os relatórios da Delegacia de Ordem Política e Social produzidos pelos agentes de um de seus setores, o Serviço Secreto (SS) de São Paulo, dos quais destacamos as ações perpetradas pela polícia política, durante a segunda metade da década de 50, contra personalidades políticas, particularmente contra o prefeito desta cidade no curto período de 11 de abril de 1956 a 10 de abril de 1957.

É comum encontrar na documentação a caracterização de atividades desenvolvidas por segmentos sociais os mais diversificados, classificados pelos investigadores como manifestação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - mantido na ilegalidade ao longo deste período.<sup>2</sup> Tal associação, que não precisava ser comprovada, justificava a vigilância, o cerceamento e a coerção, dado que eram criminalizadas como agitação “subversiva” e, neste sentido, incursas na lei que colocara aquele partido na ilegalidade.

As fontes examinadas demonstram um amplo monitoramento a sujeitos de distintos extratos sociais, exercido pela DOPS/SP, através da delegacia de Ordem Social por

---

<sup>1</sup> Mestranda no curso de Pós-Graduação em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Os mecanismos da repressão no Estado de São Paulo entre a década de 50 e 60.* (CNPQ) sob orientação da prof. Dra. Vera Lucia Vieira. Integra ainda o grupo de pesquisa interdepartamental: *Violência institucional e autocracia de Estado: continuidade e rupturas na dinâmica brasileira na segunda metade do século XX.* Sob coordenação da Prof. Dra. Vera Lucia Vieira e Prof. Dra. Maria Aparecida de Paula Rago.

<sup>2</sup> Desde 1945 houve uma série de perseguições no país, leis que versaram sobre a política anticomunista e pessoas consideradas inimigas do Estado. Entre os quais destaca-se o cancelamento do registro do partido Comunista em 1947, inúmeras cassações de mandatos, assim como as medidas repressoras de perseguições e prisões.

meio de seus agentes, a polícia política. O detalhamento que estes documentos trazem sobre a vida das pessoas vigiadas e sobre o período nos permite situar a ação da DOPS a partir do registro destes agentes e refletir sobre a natureza do Estado que se manifesta a partir daí.

Os relatórios do Serviço Secreto (SS) da Delegacia de Ordem Política e Social a DOPS/SP geralmente indicam apenas o código do agente que elabora o relatório, guardando-se, portanto, sigilo sobre sua identidade, e têm como modelo de ficha as seguintes formulações: na primeira página “*relatório do serviço secreto (SS) do Departamento de Ordem Política e Social*”, data e setor, “*Comunicado preparado por “S-O.G” dirigido ao chefe do “SS”*”, classificação, assuntos gerais sobre serviços “*sub-classificação: Ambiente não especificado*”.

Ao Serviço Secreto cabia um duplo ato de vigiar e apontar os sujeitos que se articulavam em campanhas por melhores condições de vida. Os relatórios tratam destas mobilizações sociais e como eram compreendidas, podendo-se perceber através deles, que não importava o que demandassem, ou se expressavam, por exemplo, insatisfação das pessoas diante da “carestia da vida”. São caracterizadas como articulações perigosas e como tal demandam destes órgãos que estejam atentos no cumprimento de sua tarefa que, conforme o documento abaixo, era “das mais árduas”.

Inegavelmente é das mais árduas a missão do “Serviço Secreto” do DOPS, de São Paulo, ou de qualquer polícia política que tem seu cargo a difícil tarefa de descobrir os planos de agitações ou de revolução de uma organização política de caráter internacional, que visa à mudança radical do regime social vigente no Universo. (VALIM, Arnaldo Rabello de Aguiar, PEIXOTO, Rubens da Cruz. 1953, p. 42)

A desconfiguração das demandas sociais e sua caracterização como agitação comunista, como infiltração de ideologias alienígenas, capazes de se imiscuir e influenciar pessoas incautas atestava o cumprimento das funções destes agentes. No período inúmeras campanhas foram movidas por diversos setores organizados, incluindo-se aí as lideradas pelo Partido Comunista. No entanto, parece que não importava quem fossem seus mentores ou pelo que lutavam, o problema era se demonstrassem capacidade de mobilização.

Todo Partido Comunista, quando age no período da ilegalidade, à sombra, recorre aos meios aparentemente legais para poder agitar as grandes massas e, em conseqüência, instala no país as chamadas “campanhas variáveis”, explorando a boa fé dos menos avisados com promessas atraentes. De um “amanhã melhor”. Serve-se, pois, de organizações que ostentam títulos pomposos, com sejam “campanhas da paz”, “campanhas do petróleo”, “campanha contra a atômica”, “campanha contra o envio de tropas”, etc., tudo com fim de melhor impressionar o povo e atraí-lo para suas hostes. (VALIM, Arnaldo Rabello de Aguiar, PEIXOTO, Rubens da Cruz. Idem)

Tais agentes registravam suas informações compondo processos (dossiês) nos quais forjavam a trama não apenas acusatória, mas também condenatória, tanto pelo histórico de antecedentes políticos sociais que atribuem às pessoas vigiadas, quanto pela documentação “subversiva” que anexam.

Graças à riqueza de informações e detalhes que a documentação apresenta foi possível reconstituir inúmeros aspectos da realidade vivenciada por nossa sociedade no período, ou seja, identificar quem eram estes agentes, como agiam, quais os critérios da vigilância, quem vigiavam, a ideologia que expressavam, tomados não enquanto indivíduos, mas enquanto aparato do governo, ou seja, na intrínseca e complexa lógica interna que configura o Estado no Brasil. Afinal, que instâncias estatais possibilitavam seu funcionamento e a atuação destas pessoas em um período em que vigorava a institucionalidade constitucional?

Assim, no interior de descrições pormenorizadas das mobilizações políticas sociais e culturais no Estado de São Paulo, no período aqui relacionado, encontram-se denúncias contra trabalhadores estrangeiros, fichamentos de trabalhadores grevistas, registro de inúmeras conferências de diversos segmentos e sobre os mais variados assuntos, atos de estudantes, assim como materiais apreendidos nas residências de intelectuais da alta burguesia paulistana.

Busca-se recuperar, a partir desta análise documental, os aspectos imanentes que revelam o caráter da atividade humana que “*são predicções sociais, mediadas pelos sujeitos que integram a formação real sob clivagens de inserções efetivas e óticas de adoção igualmente societárias...*”(CHASIN, 1994, p. 415). Ou seja, as evidências dos conflitos sociais devem ser compreendidas em sua lógica interna, que nos revelam as formas da interação humano-societária as quais perpassam por representações ideológicas, idéias e consciência plasmadas em interesses de classe. Nesta perspectiva

“os feitos humanos se objetivam em circunstâncias históricas específicas, engendrando modos determinados de vida, dramas e conflitos concretos, que não desaparecem por imaginação ou pura interpretação e tampouco ocultação da vontade e desejo dos dominantes...” (RAGO, Antonio Filho, 2004. p.140.)

Determinações de existência que não aparecem em sua complexidade ao senso comum, e que necessitam ser objetivadas pelo procedimento analítico; o que nos leva, ante as evidências da contradição entre as ações desse sistema de informações da DOPS/SP e uma aludida democracia, a atribuir tal natureza a um Estado que constrói um aparato repressivo de tal monta para organizar históricos que foram utilizadas para criminalizar pessoas, muitas das quais se mobilizaram em busca de soluções para questões mínimas de subsistência.

O período compreendido pela documentação examinada corresponde ao do governo de Juscelino Kubitschek apresentado pela historiografia como um dos momentos mais democráticos da história brasileira. Na bibliografia, não há praticamente nenhuma referência a ação destes órgãos repressores ou à extensão desta vigilância no período.

Observamos uma rica bibliografia que retrata o período de Juscelino Kubitschek (1956-1961)<sup>3</sup> tais como, Benevides<sup>4</sup>, Carone<sup>5</sup>, Boris Fausto<sup>6</sup> entre outros, as quais enfatizam o desenvolvimentismo industrial, o incentivo ao capital estrangeiro, a capacitação e cursos técnicos para com isso promover o desenvolvimento de “50 em 5 anos”. Outro dos aspectos levantados pelos historiadores foi a habilidade política de JK, na combinação conciliatória de sua administração.<sup>7</sup> Assim, é comum relaciona-ser o

---

<sup>3</sup> UEMORI, Celso Noburo. *Explorando em campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional*. Tese de doutorado, Departamento de Política da PUC/SP. 2006. MOTTA, Célia Maria da *O modelo neoliberal brasileiro e o setor elétrico: reestruturações e crises (1995-2005)*, Tese de doutorado, Departamento de Política da PUC/SP. 2006. LOVATTO, Angélica, *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe: os tempos do ISEB*, dissertação de mestrado, Departamento de Política da PUC/SP. 1996. RABELLO, Antonio Cláudio Barbosa. *Produzindo a Periferia: Noroeste do Brasil (1950 - 1960)*. 1998. História. Universidade Federal Fluminense; CARVALHO, Maria Bernardete Oliveira de. *Idéias, Atitudes e Representação das Classes Produtoras: Associação Comercial do Rio de Janeiro (1956 - 1961)*. História. Universidade Federal Fluminense. 1996.

<sup>4</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

<sup>5</sup> CARONE, Edgard. *A República Liberal: II Evolução Política (1945-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1985.

<sup>6</sup> BORIS, Fausto. *História do Brasil*. São Paulo. EDUSP. 1994.

<sup>7</sup> PICOLIN, João Carlos, *Metas e o Plano: Juscelino para presidente do Brasil - as estratégias de comunicação política que ajudaram a eleger JK em 1955*. Dissertação de mestrado, UESP, 2002.

desenvolvimento econômico com estabilidade política, o que segundo os autores, resultou naquele modelo democrático.

As evidências de perseguições que aparecem na documentação permitem discutir com a historiografia que considera a vigência da democracia entre duas ditaduras,<sup>8</sup> como se a liberdade de expressão e a de manifestações inerentes aos preceitos democráticos não se aplicassem porque, afinal, tal liberdade deveria mesmo ficar restrita a que fosse referendado pelo próprio governo.

No governo JK há uma ampliação dessa rede de informação, conforme indicam estudos recentes, configurando-se enquanto um complexo sistema nacional de espionagem, o que responde também às pressões do governo norte-americano em face aos problemas postos internacionalmente pela guerra fria. Neste sentido, o governo brasileiro contou com o auxílio financeiro e logístico da CIA e do FBI, que tinham a finalidade de, efetivamente, acabar com as dificuldades decorrentes de insuficiência de recursos materiais e de funcionários que dificultavam que tais serviços atuassem com competência no combate ao “comunismo”.

Em linhas gerais, podemos identificar um critério básico fundante que justificaram a ação destes órgãos ao longo da década de 50: a configuração do denominado “inimigo interno”, ou seja, passa a ser suspeito todo aquele que viesse a público fazer denúncias sobre a situação social, econômica ou mesmo cultural vigente no país, ou se atrevesse a fazer propostas para alterar a situação, por mais insipientes que fossem no sentido de alterar a dinâmica sócio/econômica/política.

Conforme havíamos falado, os agentes do Serviço Secreto tinham a incumbência de vigiar os mais diferentes segmentos sociais, particularmente figuras políticas, de que um dos exemplos é a série de relatórios produzidos por estes servidores sobre o já citado prefeito Wladimir de Toledo Piza.

Segundo aprendem os alunos da escola municipal que nos dias atuais leva seu nome, Piza era médico, tomou parte na revolução de 1932 e ingressou na política pelo Partido Republicano Paulista (PRP).<sup>9</sup> Eleito deputado estadual em 1950 assumiu o cargo de

---

<sup>8</sup> Um interregno democrático entre o período da ditadura de Getúlio Vargas 1937 - 1945 e a Militar 1964 - 1985.

<sup>9</sup> O PRP havia se destacado no movimento constitucionalista de 1932 contra Getúlio, mas perde sua expressão nacional com a emergência da União Democrática Nacional (UDN) o qual gradativamente congrega os interesses dos segmentos dominantes da burguesia mais conservadora.

prefeito no curto período de 1956 até 1957. Nesta condição buscou atender às demandas sociais básicas, ou seja, concretizar os preceitos do liberalismo, fazendo o Estado proceder à mediação entre o capital e o trabalho.

Na busca de informações que viessem a contribuir para a elucidação da biografia desse prefeito num primeiro momento encontrei apenas estudos sobre a sua importância para a rede municipal de ensino e sobre o planejamento urbano. No percurso dessa pesquisa me deparei em sites de sebo, com livros de sua autoria entre os quais: “*O livro das mãezinhas*”,<sup>10</sup> “*Depoimento*”,<sup>11</sup> “*O dinheiro do Brasil*”<sup>12</sup> e “*Por quem morreu Getúlio Vargas*”.<sup>13</sup>

A primeira publicação é uma cartilha que era distribuída gratuitamente e teve uma primeira tiragem, em 1937, de 13.000 exemplares. Já em 1962 este valor aumentou para 600.000.<sup>14</sup> Esta cartilha foi concebida quando este integrava o Rotary Club que abraçou tal ideia como uma maneira de levar as informações básicas sobre a gravidez, a concepção e a importância do aleitamento materno ao público de baixa renda. Como médico Piza tinha a compreensão de que, para combater a mortalidade infantil, era imprescindível o amparo a mulheres grávidas, condição básica para que o país pudesse alcançar níveis satisfatórios de desenvolvimento humano.

Já o livro *Depoimentos*, publicação incentivada pela Câmara Municipal de São Paulo, consiste fundamentalmente em um memorial sobre seu mandato como prefeito dessa cidade. O depoimento foi coletado em 1976 pelo historiador João de Scantimburgo inserido em um projeto maior de outro pesquisador Aureliano Leite sobre a história da municipalidade.<sup>15</sup>

Em seu depoimento Wladimir de Toledo Piza relata os problemas da cidade em diversos setores essenciais como resultado da vigência de um planejamento urbano ultrapassado. Em seu governo inicia-se um estudo para a aplicação de um planejamento

---

<sup>10</sup> PIZA, Wladimir de Toledo. *O livros das mãezinhas*. São Paulo: Secção de Propaganda e Educação Sanitária, Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, 7ª Edição, 1962.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_ . *Depoimentos*. São Paulo: Coleção Câmara Municipal de São Paulo, 1976.

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_ . *O dinheiro do Brasil*. São Paulo Duas Cidades, 1980.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_ . *Por quem morreu Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Ampersand, 1998.

<sup>14</sup> Neste sentido ver: PIZA, Wladimir de Toledo. *O livros das mãezinhas*. São Paulo: Secção de Propaganda e Educação Sanitária, Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, 7ª Edição, 1962. p. 4-5.

<sup>15</sup> PIZA, Wladimir de Toledo. *Depoimentos*. Coleção Câmara Municipal de São Paulo, 1976.

integrado que considerasse a região da Grande São Paulo. Para diagnosticar a cidade a prefeitura contratou em 1956, a Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), atrelada ao Mouvement Économie et Humanisme, orientado pelo padre Louis-Joseph Lebreton, amplamente divulgado nos meios de comunicação para que a sociedade civil, ou seja, nas universidades e movimentos sociais pudessem contribuir nos pontos centrais do planejamento urbano municipal.<sup>16</sup> Todavia, este projeto foi engavetado pela burocracia paulista.

Os resultados desse estudo, exposto por Piza nesta publicação atesta para os vários problemas sociais na cidade de São Paulo, ligados à saúde pública; o saneamento básico; as concessões de serviços públicos: telefonia, transporte público, energia elétrica; limpeza pública, o ensino público e a ausência de lazer para os moradores de bairros operários.

Foi em sua gestão que se iniciou a constituição de uma rede de ensino municipal, com o estabelecimento de referências funcionais para os profissionais da educação, criando cargos para professor primário, inspetor escolar, serventes bedéis e outros. Os critérios para a contratação mesclavam duas condições básicas que procuravam, conforme se deduz hoje, suprir a demanda por acesso ao ensino. De um lado, para ser contratado era necessário possuir diploma de escola normal o que garantiria condições para o exercício da função docente. Por outro, era necessário trazer uma relação de 40 alunos em idade escolar ainda não matriculados, assim como o endereço de sala para a escola. De posse desta documentação, lhe era concedido o direito às aulas e a assunção dos custos para a manutenção da classe pelo Estado, garantindo-se assim a gratuidade do ensino. Com tal estratégia conseguiu, em oito meses, colocar em funcionamento 1.582 classes com 40 alunos em cada uma delas, atendendo a um total de mais de 60 mil crianças.

Desde os anos 40, a cidade de São Paulo atravessava modificações, tais como a expansão urbana, o processo de imigração e migração, o desenvolvimento industrial. Assim, a partir dos anos 50 houve a consolidação dos bairros periféricos, principalmente na zona leste, onde nordestinos se instalaram em regiões afastadas do centro da cidade, sem uma estrutura digna. Entre 1930 a 1960 as principais

---

<sup>16</sup> Neste sentido ver: CESTARO, Lucas Ricardo. Urbanismo e humanismo: a SAGMACS e o estudo da “estrutura urbana da aglomeração paulista”. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado, 2009.

reivindicações eram para por melhores condições de vida, respeitabilidade e dignidade de morar.<sup>17</sup>

Motivo para tais mobilizações não faltavam dados os problemas para serem resolvidos na cidade de São Paulo. Conforme rememora o ex - prefeito de São Paulo, Wladimir Toledo Piza, sobre as condições da cidade nos anos 50.

os serviços telefônicos não atendiam. A metade da procura dos 150 mil instalados, esperavam. Na fila mais 150 mil. Na iluminação pública a situação, era de 32 mil lâmpadas para ruas e logradouros públicos, no entanto seriam necessários outros 32 mil. O abastecimento de água potável não atendia a metade da população. A rede de esgotos não atendia 30% da - área urbana e não havia instalações para o tratamento de resíduos, dessa forma o Tamanduateí e o Tietê se transformam em esgotos a céu aberto. A coleta de lixo era feita em apenas um terço da área urbana e o serviço municipal limitava-se a retirar lixo de um, lado da cidade para depositá-la em outro lado. Para uma necessidade de 10 postos de pronto-socorro, um para cada 300 mil habitantes, possuía apenas 5. Postos de assistência à infância-só possuía 4, quando a necessidade era de 50 postos. Com -125-mil crianças em idade escolar, São, Paulo\*condenava a maioria deles ao, analfabetismo. Mais de 100 mil imóveis da cidade não pagavam impostos. Em ruas despreparadas era prenunciado um congestionamento urbano eloqüente com o início da produção de veículos automotores no país.<sup>18</sup>

Advinham tais problemas da importância que este Estado e sua capital adquiriam no cenário produtivo do país, ou seja, no período, São Paulo já representava a maior concentração industrial do país e já era o maior contribuinte para a formação do Produto Interno Bruto (PIB).

Situando o desenvolvimento industrial do país até a década de 1960, Wilson Cano<sup>19</sup> considera que esse possui dois grandes momentos: de industrialização restringida, que vai de 1930 a 1955 e é marcado pela ausência de produção de bens de capital e a fase da industrialização pesada, 1956 a 1961. O que, ainda segundo ele, se dá com maior intensidade em São Paulo com repercussões nas várias regiões do país, pois provoca inúmeros bloqueios por um lado e desenvolvimentos paralelos e secundários

---

<sup>17</sup> Neste sentido ver: FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Tese de doutorado, Unicamp, 2002.

<sup>18</sup> Depoimento do ex-prefeito Wladimir de Toledo Piza. Jornal Folha de São Paulo/SP, edição 1967-CAD: 9 set/67. Disponível em:<<http://www.buscalegis.ufsc.br>>. Acesso em 13 jan. 2010.

<sup>19</sup> CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995*. Campinas: Instituto de economia da Unicamp, 2ª ed, 1998.

por outro, isto sem falar nos impactos sobre a população (migrações, destruição de sistemas produtivos anteriores, etc..).

Tal desenvolvimento tende a subordinar o campo à cidade com a intensificação dos fluxos migratórios para as regiões com mais potencial de trabalho, o que tem um profundo impacto na configuração das demandas por investimentos públicos ou privados nas cidades, o que não se verifica na medida dessas necessidades. Particularmente no concernente às políticas públicas, desde os primórdios, a lógica do desenvolvimento é impeditiva do atendimento às carências sociais e urbanas, configurando-se como praticamente inexistentes.

Assim, de fato, o agente da Dops tinha razão: as mobilizações por água, luz, transporte, saneamento básico, abertura de postos de saúde, escolas, eram inúmeras e aglutinavam, desde o período varguista, as pessoas que moravam nos espaços urbanos carentes desta infra-estrutura ou desses atendimentos. O depoimento deste ex-prefeito é bastante apropriado, particularmente porque ele é um dos personagens classificados como perigoso e vinculado ao partido comunista pelos agentes do serviço de informações da DOPS/SP e sobre o qual falaremos abaixo, a título de exemplificação da extensão deste sistema.

O depoimento deste ex-prefeito é bastante apropriado, particularmente porque ele é um dos personagens classificados como perigoso e vinculado ao partido comunista pelos agentes do serviço de informações da DOPS/SP e sobre o qual falaremos abaixo, a título de exemplificação da extensão deste sistema.

Também lançou as bases da política cambial que seria mais tarde adotada pelo governo brasileiro e iniciou um amplo diagnóstico sobre a cidade de São Paulo, elaborado por especialistas, que foi entregue ao prefeito seguinte, o Sr. Ademar de Barros. Com tal perfil Piza foi objeto de investigação dos agentes da DOPS/SP que suspeitavam de seus vínculos com setores populares e sindicais, na elaboração de suas propostas eleitorais.

Prepara o prefeito Wladimir Toledo Piza, um programa a ser desenvolvido pelas Sociedades Amigos dos Bairros que consiste em congregar, nessas entidades todos os elementos que tomaram parte ativa, denominado movimento “Panela Vazia” apoiando – o nas eleições para a prefeitura em março de 1957 posteriormente para governador em 1958 (...) contra ele, desde já, com apoio de todos os sindicatos que obedecem a “cartilha

vermelha” e esse apoio sindical solidificou após o dia 1º de Maio quando das festividades os comunistas consideraram organizada.<sup>20</sup>

Portanto, o investigador conclui com uma indagação acerca de um possível prenúncio da aproximação de Piza com o PCB e identifica o movimento popular contra a carestia de vida que pululava pelo país<sup>21</sup> - aqui identificado em uma de suas especificidades: o denominado “Panela Vazia”-, como uma mobilização que obedecia à “cartilha vermelha”: “Abraçará, o Sr. Piza, a campanha do PCB a ser intensificada muito em breve, de conquista da legalidade do Partido da qual será em São Paulo a principal figura”.<sup>22</sup>

Toledo Piza foi também colocado como suspeito por suas críticas e denúncias, ainda enquanto vereador, ao contrato que a Companhia *Inglesa & and Power* mantinha com o governo, o qual garantia o monopólio da comercialização do consumo de energia elétrica no Estado.<sup>23</sup> Além disso, conforme se depreende do documento, posicionara-se a

---

<sup>20</sup> (OS) 1931 vol.28-B. 04/05/1956. Relatório sobre as “*Pretensões políticas do Sr. Wladimir de Toledo Piza*”. s/nº. Acervo arquivo do Estado de São Paulo. Encontramos vários relatórios do SS com a citação do nome do prefeito Wladimir de Toledo Piza, neste relatório final selecionamos apenas alguns. Entre os quais ver: (OS) 1931 vol.28-B. 10/06/1955. Relatório “*Assembléia realizada no dia 8 passado, no Cine Lux, pela Comissão Israelita Paulista Contra o Racismo*”. s/nº. Acervo arquivo do Estado de São Paulo; (OS) 1930 vol. 28-A. 27/04/1955. ILMO. SR. DR. DELEGADO DE ORDEM SOCIAL- DOPS- ASSUNTO: ATO PÚBLICO PROMOVIDO PELA DIREÇÃO DO JORNAL DE HOJE, PARA DEBATES RELACIONADOS COM O NOTICIÁRIO PÚBLICADO PELO JORNAL O ESTADO DE S. SÃO PAULO QUANTO AQUISIÇÃO DE MAQUINARIOS DAQUELE JORNAL. LOCAL: CLASSES LABORIOSAS – RUA ROBERTO SIMONSEEN. 21:00 HORAS- INVESTIGADORES: PARADA NETTO e CELSO ANUNES ROSA. s/nº. Acervo arquivo do Estado de São Paulo; (OS) 1930 vol. 28-A. 26/08/1955. Relatório “*Ato publico, efetuado, ontem na Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo.* -” s/nº. Acervo arquivo do Estado de São Paulo; (OS) 1930 vol. 28-A. 1956. Relatório: *Informação reservadas: “Analisando as eleições municipais; Tática do Partido Comunista e Trabalho de massa*”. - (grifado PCB). Acervo arquivo do Estado de São Paulo; (OS) 1931 vol. 28-B. 24/05/1956. Relatório: “*Informação reservada*”. Acervo arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>21</sup> PAOLI, M. C. P. M.. Movimentos Sociais no Brasil: em busca de um statuto político. In: Michaela Hellmanns. (Org.). *Movimentos Sociais e Democracia no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Marco Zero, 1995, v. 1, p. 24-56. Também PAOLI, M. C. P. M.; BENEVIDES, M. V.; PINHEIRO, P. S.; MATTA, R.. *A Violência Brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. v. 1.

<sup>22</sup> (OS) 1931 vol. 28-B, 04/05/1956. Relatório sobre as “*Pretensões políticas do Sr. Wladimir de Toledo Piza*”. Acervo arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>23</sup> A necessidade premente de expansão da rede de energia elétrica em decorrência da industrialização e da concentração urbana em algumas regiões do país monopolizou o legislativo federal por mais de duas décadas (de 1937 a 1961), a começar no período de Vargas. As divergências entre os diferentes segmentos da burguesia - uma parte vinculada ao capital internacional e outra ao desenvolvimentismo nacionalista-, só foram resolvidas em 1961 no governo de João Goulart. Neste sentido ver dissertação de mestrado de Marcelo Squinca da Silva, *A estatização do setor de energia elétrica um embate entre entreguistas e tupiniquins no segundo governo Getulio Vargas (1951-1954)*. PUC-SP, 2003, sob orientação da Prof. Dra. Vera Lucia Vieira.

favor da extinção da DOPS: “PCB, que vinha admirando e enaltecendo a atuação anti-imperialismo do prefeito da Capital, principalmente contra o DOPS e pela sua extinção elogiando sua atuação de Piza contra a subsidiária do trust Light, por ter denunciado o contrato com a Cia. Telefônica”.<sup>24</sup>

Wladimir Toledo Piza não foi o único político a ser citado pelos censores nos relatórios e são recorrentes as acusações a políticos que, na perspectiva dos censores, eram adeptos do PCB, particularmente a suspeita de que esses concorriam a cargos públicos infiltrados nas siglas legais, já que se mantinha a ilegalidade do Partido Comunista.

A análise dos agentes infiltrados da polícia política, denominados “reservados” configura não apenas o cerceamento à livre organização, mas vai mais longe, configura limites impostos à liberdade de escolha do eleitor, pois o censor anuncia que o Tribunal Superior Eleitoral vai cassar tais deputados, não porque fossem do Partido Comunista, mas porque haviam sido eleitos “com o voto dos comunistas”.

Fomos informados que será dada entrada hoje, no Tribunal Superior Eleitoral, um recurso contra a recente decisão deste Tribunal que considera ganho de causa ao vereador João Louzada, eleito pelo PSD que deve mandato cassado pelo TRE de São Paulo, sob alegação de o vereador ser eleito pelo voto comunista. O Sr. Aurélio Soares Andrade suplente em exercício não se conformando com esta decisão contratou um advogado Fernando Ribeiro de Moraes, mesmo levantou a questão ao TRE e que conseguiu a cassação do mandato daquele vereador, será patrono da causa em recurso. Informa-nos ainda que em virtude dessa resolução e com a posse do vereador João Louzada, a Câmara de São Paulo, a vereadora Matilde de Carvalho, que também fora eleita pelos comunistas e que faz parte da Comissão Executiva da Federação das Mulheres, órgão de PCB rompeu compromisso com PSD cujo era afastar – se dos elementos extremistas. Em suma, esta vereadora seria a “porta voz” das reivindicações do PCB na Câmara.<sup>25</sup>

Ao redigir o documento o agente da DOPS traça uma “hierarquia de periculosidade”. As pessoas com maior visibilidade tanto os políticos como presidente de sindicatos eram mais “perigosos”, taxados como; *joguete nas mãos dos comunistas*

---

<sup>24</sup> (OS) 1931 vol. 28-B, 23/05/1956. Relatório “*Informação reservada*”. Acervo arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>25</sup> (OS) 1931- vol 28 - B. 15/05/1956. Relatório “*Informação reservada*” Acervo arquivo do Estado de São Paulo.

(Gal. José Porfírio da Paz); *aliado dos comunistas* (Wladimir de Toledo Piza); *elemento que está namorando o apoio dos comunistas* (Dr. Paulo Ribeiro da Luz); *aliado dos comunistas* (Gabriel Greco); *membro, ou melhor, e comunista agitador* (Salvador Rodrigues); *ex-deputado comunista* (professor Mario Schemberg); *elemento comunista* (Salvador Romano Lossaco); *grande aliado dos comunistas* (Gal. Leônidas Cardoso); *grande agitador e aliado dos comunistas* (Milton Pereira Marcondes); *perigoso agitador comunista* (José de Araújo Plácido); *líder sindical comunista* (Santos Bobadilha); *aliado dos comunistas* (Aldo Lombardi); *figura de destaque do PCB*<sup>26</sup> (Pontes de Moraes); Maria Aragão e Gracia Miranda, ambas adjetivadas como comunista.

A persecutoriedade se manifesta nas articulações políticas (verdadeiras ou não) visando as próximas eleições para prefeito na cidade de São Paulo, que se realizariam no ano seguinte com a suspeita de uma possível tentativa de intervenção dos comunistas na Dops, pois se exigia a renúncia do então delegado deste órgão.

Nosso informante, conversando com o jornalista Pontes Moraes, soube que, o PCB já tinha planejado com o Gal. Porfírio da Paz para que, no caso que este venha a assumir o Governo do Estado, o Dr. José Ortiz Monteiro, fosse nomeado a Secretaria da Justiça do governo do Estado de S. Paulo, bem como o PCB cogita lançar o Dr. Wladimir Toledo Piza, como candidato a vice-Governador do Estado, no caso do Gal. Porfírio da Paz, vir a assumir o governo de S. Paulo também palavra de ordem do PCB exigir a renúncia do delegado do DOPS, dr. Ribeiro de Andrade, bem como a extinção deste Departamento.(...) O PCB, também está exigindo as demissões do Sr. Muniz Aragão, Delegado Regional do Ministério do Trabalho em S. Paulo e do Sr. Nelson Gouveia, Chefe da Secção Sindical da referida Delegacia, elementos reacionários que segundo os “vermelhos”, acham-se a serviço do DOPS e dos empregadores. (...) O Deputado estadual Gualberto Moreira, eleito Prefeito Municipal de Sorocaba, com apoio dos comunistas, requereu na sessão da ultima quarta-feira, da Assembléia Legislativa do Estado, o afastamento de Delegado do DOPS, dr. Ribeiro de Andrade, e pediu que dessa posição do Parlamento se desse conta ao Gal. Teixeira Lott, ao Gal. Falconieri da Cunha e ao Presidente da Republica. O PCB, está procurando aproveitar a oportunidade, para conseguir afastar os inimigos dos Comunistas.”<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> (OS) 1931- vol. 28-B. 19/11/1955. Relatório: “*Informação Reservada*” Acervo arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>27</sup> Idem.

O relato culmina com a expressão clara da ideologia que movia tais agentes, isto é, a grande subversão era querer “fazer política” e nesta lógica, lutar pela democracia, articular a população para o exercício de sua cidadania tornam-se atos de subversão da ordem e uma ameaça à segurança nacional.

O PCB determinou tarefas aos seus asseclas para pixarem paredes e escreverem nas calçadas frases exigindo a renúncia do Dr. Janio Quadros. A Cruzada Humanitária pela proibição das Armas Atômicas, que deveria ser uma entidade apolítica, está fazendo política, pois que, ainda na noite da última segunda-feira, dia 14 do corrente, em sua sede social situada na Av. 9 de Julho, 40, 12º andar, realizou uma reunião de caráter político. Naquela reunião usaram da palavra o Prof<sup>o</sup> Mario Schemberg, o Dr. Fuede Saad, o Prof<sup>o</sup> Samuel Pessoa e o Dr. (...) Doria, cujos oradores conclamaram o povo a lutar pelas liberdades democráticas do governo do Senador Nereu Ramos. O PCB agita as massas exigindo a legalidade para o mesmo.<sup>28</sup>

Se não fosse trágico do ponto de vista do poder público, ou seja, da ação de um Estado que se diz liberal e democrático, a ironia que se revela quando se elucida a lógica que move a ação destes órgãos, é que o exercício correto das funções públicas é considerado ato suspeito e tratado como caso de polícia, enquanto os problemas de corrupção que vinham a público eram tratados como uma questão de desmando de políticos, sujeito a sindicâncias intermináveis e inconclusas, muitas das quais levadas a cabo pelos próprios denunciados.

O Sr. Toledo Pizza já constava nos documentos da Dops como simpatizante comunista desde o ano de 1955, quando ocorreram as mobilizações pedindo a renúncia do então governador do Estado, o Sr. Jânio da Silva Quadros. Presente no ato realizado em frente à assembléia legislativa do Estado, no dia 14 de novembro de 1955, este aparece ao lado das pessoas “fichadas”, porque, segundo a Dops, tratava-se de uma manifestação de apoio *àquela Assembléia, (...) determinada pelo PCB (...) pedindo a renúncia do Governador Janio Quadros*”.<sup>29</sup>

Completa-se a trágica ironia com a evidência de que, se a corrupção leva pessoas a se mobilizar, estes passam a ser os suspeitos, ou seja, os que cuidam da ordem pública mobilizando-se para coibir tais abusos (caso Jânio). E são suspeitos mesmo que

---

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> (OS) 1931- vol. 28-B. 19/11/1955. Relatório: “*Informação Reservada*” Acervo arquivo do Estado de São Paulo.

demonstrem não estar propondo nada muito radical em relação aos poderes reinantes, pois, no caso, indicam para substituir o corrupto, nada menos que um general.

Por outro lado, nem sempre o Dops foi visto como um órgão repressor, ou seja, em vários momentos seus serviços foram solicitados por empresários, mesmo que de pequeno porte, para os quais, contar com o anteparo de tal monta poderia ser de grande valia. Neste sentido, o caso abaixo ilustra bem que tipo de solicitação recebia este órgão de empresários deste porte. Trata-se da queixa de um empresário que contratara pedreiros para fazerem uma reforma, os quais não compareciam regularmente ao trabalho. Tal queixa imediatamente é vista pelos agentes como evidência de um boicote de cunho comunista, passando-se à costumeira investigação do “ato subversivo de paralisação das obras”.

Determino à Sub-Chefia de Investigação desta Especializada, para proceder investigações em torno de possível ato de sabotagem contra a pessoa do Sr. Adalberto Hajmasy, residente a rua Camé, 443 no Alto da Moóca. Referida pessoa alega por duas vezes coloca (r) anúncio em Jornais afim de arranjar pedreiros para um concerto em sua residência e em ambas as vezes surge um ou mais indivíduos que tentam (...) paralisação das obras.<sup>30</sup>

A investigação demonstrou que se tratava de uma paranóia persecutória do contratante, o que, em si, também é bastante revelador de como este clima de suspeição estava presente na população, resvalando para um absurdo temor ante qualquer reivindicação, mesmo que, conforme se comprovou nesse caso, esta se referisse à obtenção da informação sobre o local onde deveria ser feita a obra.

As investigações levadas a efeito em torno do assunto tiveram a seguinte resultado: Não se trata de sabotagem, mas sim de distúrbio mental da suposta vítima, a qual dá demonstração aparente de sofrer de neurose de guerra. O sr. Adalberto Hajmasy, em anúncio em jornais locais, solicitou realmente pedreiros para o término da reforma em sua casa, Na primeira vez, o queixoso anunciou o local em que reside. Em novo anúncio, determinou, o número 945 da Avenida País de Barros, onde foi esperar eventuais pedreiros que atendessem ao anúncio. Combinou serviço com alguns deles, de per si, porém o trabalho não foi feito, unicamente por

---

<sup>30</sup> OS- 1930 vol.28-A. 13/06/1958, Relatório sobre *Ordem de Serviço*. Acervo arquivo do Estado de São Paulo.

divergências financeiras e não por questões de sabotagem conforme alega o queixoso. Saudações atenciosas.”<sup>31</sup>

A repressão era corriqueira, particularmente quando se tratava de mobilizações por direitos trabalhistas. Por exemplo, em 1957, quando da greve da empresa Nitro Química na zona leste de São Paulo o policiamento foi ostensivo.

(...) violentamente reprimida pela Força Pública, quando 200 policiais da cavalaria, armados com fuzis, dormiram nas dependências da fábrica, à espera dos primeiros piquetes na entrada da fábrica. Pela manhã, as imediações da empresa se transformaram em uma praça de guerra, onde havia cavalos, bombas de gás lacrimogêneo, metralhadoras e fuzis apontados para a população, casas e estabelecimentos invadidos, violências de toda ordem que estabeleceram um quadro de pânico no bairro. Dispostos a encerrar pela força o movimento grevista, os policiais chegaram a invadir a sub-sede do sindicato a fim de dispersar os trabalhadores que lá se encontravam. (FONTES, 1996. Apud BATTIBUGLI, 2006. p. 28)

Vários dos documentos taxam pessoas como sendo a expressão do perigo vermelho e/ou do inimigo interno e estas pessoas são sempre associadas ao partido comunista, à subversão da ordem, mas ao lermos as evidências destas vinculações ou ações, constatamos que tais pessoas foram criminalizadas, o mais curioso foi constatarmos o alcance do sistema vigilância a personalidades influentes daquela sociedade.

Por todas estas evidencias podemos observar que um dos critérios para o exercício da vigilância se dava através da visibilidade, neste sentido, bastava fazer alguma crítica ao governo ou ter alguma expressão pública que se destacasse por qualquer motivo, para que segmentos da sociedade civil tivessem suas vidas acompanhadas.

Por mais diversificada que fossem as atividades que estruturam a repressão institucional, todos os agentes da segurança pública, deste o Secretário de Segurança Pública até o escrivão de uma delegacia se transformam em agentes de um sistema de vigilância e repressão e seus integrantes, mesmo que não tivessem noção da amplitude

---

<sup>31</sup> OS-1930 vol.28- A. ILMO. Sr. Dr. Delegado Titular da Delegacia Especializada de Ordem Social. Ao Cartório: 30/06/1958, Assunto: Investigação em torno de possível ato de sabotagem contra a pessoa do sr. Adalberto Hajmasy, residente á Rua Camé, Alto da Moóca. – investigador: Luiz Gonzaga Farah.

desta malha que compunha a burocracia do Estado, e na qual sua função estava inserida, contribuía para essa opressão institucional.

Concretiza-se assim a natureza do Estado que se explicita a partir de um relatório aparentemente singular, mas que integra complexo sistema opressor. Conforme diz o autor, nas evidências históricas, todo simples é complexo por ser a síntese das múltiplas determinações das formas da existência, o que se evidencia na elucidação de seus nexos, ou seja, na busca de:

repor sobre os próprios pés”, (...) Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto. Isso conduz a duas conseqüências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciadas sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: “formas do existir, determinações da existência. (LUKÁCS, George, 1978. p.p.2-3.)

O caráter violento do Estado no Brasil, que se perpetua ao longo deste período evidencia-se a partir da articulação entre as polícias políticas e as polícias voltadas para a repressão ao crime comum, configurando a manifestação de um Estado autocrático cuja relação com a sociedade que integra é inerentemente violenta.<sup>32</sup>

No percurso da análise documental, percebemos que os critérios sobre as caracterizações do que seria ato subversivo para o Estado, conforme se manifesta nas ações dos policiais, se põe de forma incoerente, pois, não se restringia aos quadros do PCB. Quem eram então estes suspeitos? Por todas estas evidencias podemos observar que um dos critérios para o exercício da vigilância se dava através da visibilidade, eram considerados como ameaça à ordem social, genericamente denominados comunistas, tanto pessoas que aparentemente tinham pouca visibilidade social, como aqueles que se manifestavam criticamente frente às contradições e desigualdades sociais ou aqueles que desempenhavam corretamente as funções públicas, o que fica claro é que, tais agentes promovem uma certa hierarquização sobre a periculosidade das pessoas, conforme a possibilidade de formar opinião pública.

---

<sup>32</sup> Neste sentido ver artigo de VIEIRA, Vera Lucia. *Criminalização das lutas sociais em Estados Autocráticos burgueses*. **Revista Projeto História**. EDUC/PUC/SP, nº 31, 2005.

## Referências

CHASIN, José. *Marx – Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. IN: Pensando com Marx. São Paulo: Ensaio, 1994.

LUKÁCS, George. “*As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*”. IN: Revista Temas de Ciências Humanas. Livraria Editora Ciências Humanas LTD. São Paulo. 1978.

PIZA, Wladimir de Toledo. *O livros das mãezinhas*. São Paulo: Secção de Propaganda e Educação Sanitária, Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, 7ª Edição, 1962.

\_\_\_\_\_. *Depoimentos*. São Paulo: Coleção Câmara Municipal de São Paulo, 1976.

\_\_\_\_\_. *O dinheiro do Brasil*. São Paulo Duas Cidades, 1980.

\_\_\_\_\_. *Por quem morreu Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Ampersand, 1998.

RAGO, Antonio Filho. “*O ardil do Politicismo do bonapartismo Á institucionalização da Autocracia Burguesa*”. IN: Revista Projeto História. São Paulo: Tomo I, nº29, 2004.

VALIM, Arnaldo Rabello de Aguiar, PEIXOTO, Rubens da Cruz. *Resumo Histórico do DOPS*. São Paulo: Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública/ Departamento de Ordem Política e Social, 1953.